

ECOLOGIA ORGANIZACIONAL: UMA TEORIA EM BUSCA DE ENTENDIMENTO

Gilberto Francisco Ceretta

Graduação em Administração de Empresas pela UEPG, Mestrado em Administração pela UFPR e Doutorando em Administração pela Universidade Positivo – UP.

E-mail: gilbertoceretta@gmail.com

Resumo

A proposta deste ensaio teórico é procurar elucidar as críticas levantadas por estudiosos organizacionais e as contribuições tanto gerenciais como teóricas que pode fornecer, não buscando uma resposta definitiva, mas argumentando proposições que possam levar a uma discussão mais ampla a respeito do assunto. Por ser uma teoria relativamente recente na academia organizacional, seus postulados com uma visão macrosocial aderiu muitos adeptos, pois trouxe uma visão menos funcionalista. A teoria questiona a capacidade dos gestores em se adaptarem as mudanças, sendo por isso criticada duramente pelos teóricos funcionalistas, que numa de suas interações denominou-a de anti-gestora. Sua analogia biológica darwinista é interessante para a compreensão dos fenômenos do ambiente externo, proporcionando o entendimento da variedade de organizações existentes e também instituindo um modo mais compreensível de entender as organizações através de um ciclo de vida biológico. Mesmo com as inúmeras críticas que vem sendo alvo, suas contribuições ao meio profissional e acadêmico vem apresentando potencialidades interessantes, como uma visão mais ampla da hipercompetitividade em algumas indústrias sendo útil na formulação das estratégias, a análise da inércia estrutural tão importante para entender a dinâmica das mudanças e adaptações.

Palavras-chave: Ambiente. Determinista. Críticas. Organização. Teoria Ecológica.

Abstract

The purpose of this theoretical essay is to elucidate the criticisms raised by organizational theorists and both managerial and theoretical contributions that can provide, not seeking a definitive answer, but arguing propositions that could lead to a broader discussion on the subject. Being a relatively new theory in organizational academic, its postulates with a macro-social vision joined many supporters, because it brought a less functionalist view. The theory questions the ability of managers to better accommodate the changes, so it is hard criticized by functionalist theorists who in their interactions named the anti-managing. His Darwinian biological analogy is interesting to understand the phenomena of the external environment, providing an understanding of the variety of organizations and also instituting a more understandable way to understand organizations through a biological life cycle. Even with the many criticisms that has been the target, his contributions to professional and academic has shown interesting potential as a broader vision hyper competitiveness in some industries is useful in the formulation of strategies, analysis of structural inertia so important to understand the dynamics changes and adaptations.

Keywords: Environment. Deterministic. Criticism. Organization. Ecological theory.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas quatro décadas presenciou-se um dinamismo sem precedentes na competitividade das organizações, resultado tanto da alteração constante do ambiente de negócios como da sociedade, ocasionando uma motivação por parte de pesquisadores de estudos organizacionais a lançarem-se em teorias explicativas sobre os fenômenos ambientais e suas consequências para o mundo organizacional.

As teorias ambientais tentam descrever os processos de adaptação realizados pelas organizações em face das mudanças impostas pelo ambiente, dentre essas está incluída a teoria da ecologia das organizações, cuja relevância crescente que vem assumindo na teoria das organizações desde a publicação do artigo intitulado “*The population ecology of organizations*” de Hannan e Freeman (1977) e o consenso paradigmático que a caracteriza, contrapondo-a ao estado de fragmentação manifestado na maioria das demais subdisciplinas da teoria das organizações (PFEFFER, 1993).

Após essa breve contextualização, a proposta deste ensaio teórico é procurar elucidar as críticas levantadas por estudiosos organizacionais e as contribuições tanto gerenciais como teóricas que pode fornecer, não buscando uma resposta definitiva, mas argumentando proposições que possam levar a uma discussão mais ampla a respeito do assunto.

Segundo Meneghetti (2011) os ensaios teóricos buscam iniciar discussões que promovam questionamentos orientadores que servirão para o aprofundamento das reflexões. O ensaio está estruturado em desenvolvimento (origem e caracterização da teoria, críticas e defesas da teoria e suas contribuições para a gestão e para os estudos organizacionais) e considerações finais, fazendo um fechamento das ideias que foram discutidas.

2 DESENVOLVIMENTO

Primeiramente se faz necessário esclarecer a origem e os fundamentos da teoria, com a finalidade de posicionar o leitor em sua abordagem. A teoria geral da ecologia é um ramo original da biologia iniciado no século XIX, consistindo em oito princípios fundamentais, que mais tarde se tornaram componentes de uma teoria geral, e que com os avanços das pesquisas foram evoluindo, sendo os seguintes: i) organismos estão distribuídos no espaço e no tempo, de forma heterogênea; ii) organismos interagem com seus ambientes abióticos e bióticos; iii) variação nas características dos organismos resulta na heterogeneidade dos padrões e processos ecológicos; iv) as distribuições de organismos e suas interações dependem de contingências; v) condições ambientais como percebidos pelos organismos são heterogêneos no espaço e no tempo; vi) recursos como percebidos pelos organismos são finitos e heterogêneos no espaço e no tempo; vii) as taxas de natalidade e taxas de mortalidade são uma consequência de interações com o ambiente abiótico e biótico e viii) as propriedades ecológicas das espécies são o resultado da evolução. (SCHEMER; WILLIG, 2008, p. 23-25). Esses componentes da teoria geral da ecologia em ciências biológicas foram trazidos para o mundo organizacional na década de 1970.

“Ecologia populacional é uma perspectiva que procura explicar os fatores que afetam os ciclos de vida das organizações em uma determinada população de organizações existentes”. (HANNAN; FREEMAN, 1977, p. 23). A ecologia organizacional utiliza-se de metáforas baseadas em leis da ecologia ambiental, que trata das relações entre os seres vivos e o meio-ambiente. Adaptando alguns conceitos da teoria darwiniana da evolução das espécies, como o modelo de variação-seleção-retenção, Hannan e Freeman (1977) tentam explicar por que há tantos tipos de organizações? Procurando respostas nas condições políticas, econômicas e sociais que afetam a relativa abundância e diversidade de organizações, num processo de mutação ao longo do tempo. (BAUM, 1998, p.137).

A linguagem da ecologia e suas referências às populações, nichos, variação, seleção e retenção fornecem pistas sobre o que o futuro das organizações pode ocasionar. Também possibilita a reflexão e a formação de apontamentos sobre o que as instituições atuais fazem em seus ciclos de vida para sobreviverem. É encerrada por muitos como uma refutação ao poder de adaptação através de respostas estratégicas efetuadas pelos gestores.

A teoria ecológica contrapõe-se a teoria contingencial pelo fato de duvidar da capacidade de flexibilidade das organizações no processo de adaptação ambiental, propondo a ideia de que o ambiente possui absoluta preponderância na seleção das mais aptas a sobreviver. (MOTTA, 2001). Esse efeito determinista do ambiente qualifica as organizações como atores racionais limitados e com alto grau de inércia estrutural ao longo do tempo. Numa perspectiva sociológica de análise a teoria em tela não se concentra no estudo de unidades organizacionais e sim em populações, pois problemas ambientais presumem a dependência de ações adotadas por outras organizações similares no sistema. (HANNAN; FREEMAN, 1993, p. 8). Segundo Mintzberg; Ahlstrand e Lampel (2010) para os adeptos dessa teoria a estrutura básica e o caráter de uma organização são adquiridos pouco após o seu nascimento (pessoas, capital, equipamentos, etc.), criando a inercia, cujo resultado é a limitação na discricionariedade de ações de seus gestores.

Hannan e Freeman (1984) formularam a seguinte pergunta: quais as condições que criam um ambiente propício para a seleção? Os autores chegaram a quatro possíveis respostas em particular: 1º) deve existir uma elevada taxa de variação entre as formas de organização; 2º) altas taxas de mortalidade organizacionais devem ser evidentes; 3º) a concorrência no setor deve ser intensa e; 4º) as fontes não devem ser relativamente abundantes. Na origem da teoria, Hannan e Freeman forneceram um argumento descrevendo processos de seleção como um contraponto necessário à adaptação pelo motivo da existência de processos inerciais. (AMBURGEY, 2010, p. 45).

Para os ecólogos a sobrevivência de uma empresa depende da sua capacidade de adquirir um fornecimento adequado de recursos, porém cada ambiente dispõe de uma capacidade fixa de carga, isto é de volume fixo de recursos vitais. Numa indústria nova e em crescimento, esse volume é encontrado com excedentes, mas na medida em que a população aumenta, os recursos começam a escassear. Adicionalmente a isso há o problema de setores amadurecidos, que com o passar dos anos os produtos sofrem estabilização resultando numa disputa vital por recursos, sendo as empresas menos preparadas excluídas da população. A concorrência por recursos é determinada por critérios de seleção impostos pelo ambiente, as que se adequarem sobrevivem, do contrário são extintas.

Após essa síntese sobre a teoria da ecologia populacional, abordar-se-a as críticas relevantes efetuadas por estudiosos das teorias organizacionais a respeito dos pressupostos da teoria em análise. Muitas são as críticas impostas a ecologia organizacional cita-se, primeiramente, a do pesquisador Donaldson (1995) em sua obra intitulada *American anti-management theories of organization: a critique of paradigm proliferation*, desferiu ofensivamente críticas a teoria ecológica, classificando-a como uma teoria “anti-gestora”, pelo fato da mesma confrontar-se diretamente com o paradigma contingencial. Sua tese crítica foi elaborada sobre as premissas básicas da abordagem ecológica: a) sendo o ambiente externo proativo caberia aos gestores um papel comportamental de passividade e resistência; b) ocorrendo o processo de seleção das organizações, numa lógica supra-organizacional, o papel do gestor na adaptividade é visto com pouca relevância; c) a teoria ecológica não demonstra capacidade de propor prescrições na adaptação das organizações, pois postula que as mudanças ocorrem e são mais intensas no conjunto populacional, reduzindo assim a racionalidade organizacional (nas unidades); d) ao fazer uma analogia com a teoria darwiniana, trazendo para a fronteira das organizações, a teoria ecológica deixa transparecer várias lacunas em sua epistemologia, além de inibir a possibilidade de conversão com outras teorias organizacionais.

Mintzberg; Ahlstrand e Lampel (2010) relatam outra relevante crítica a essa teoria na academia, o fato dos ecólogos verem as organizações à distância, numa análise coletiva de comportamento, como uma maneira de explicação para as mudanças. Observam a interação entre inovações como acidentais em unidades organizacionais e a luta pela sobrevivência no conjunto populacional. A teoria da ecologia populacional não se esforça em reconhecer que as organizações às vezes decretam seus próprios ambientes, através do papel dos empreendedores, em vez disso, impõe uma visão determinista de seleção natural, proporcionadas pela morte ou sobrevivência. (SALIMATH; JONES III, 2011).

Em termos de pesquisa, a crítica efetuada é que as constatações da ecologia organizacional só são determinadas com estudos longitudinais, isto é, requer um espaço de tempo longo, ocasionando vieses nas análises e conclusões de estudos empíricos. A teoria em tela ignora analiticamente a possibilidade de morte de uma empresa por ações estratégicas (agressões) efetuadas por outra, fenômeno esse comum no mundo organizacional. Mesmo nos estudos biológicos da contemporaneidade há debates sobre a capacidade de adaptação das espécies por mudanças induzidas internamente e não somente por seleção genética.

Há críticas, também, por parte da academia sobre as definições e medidas empregadas em estudos de ecologia populacional, com questionamentos, por exemplo: a) se uma empresa resultante é contada como uma morte ou nascimento? b) como são contabilizadas as mudanças de nome ou spin-offs? Finalmente, a maioria das pesquisas sobre esta temática é fortemente tratada de forma empírica na natureza, isto levou a duas outras preocupações principais: falta de realismo contextual e imprecisões de medição. Conclui-se que os estudos e os seus instrumentos nem sempre medem o que os seus autores propoem-se medir, devido a uma dependência do uso de bancos de dados históricos de grande escala. (VIBERT, 2004, p. 107).

Muitos estudos, até o presente, tenderam a se concentrar em setores com grande número de participantes, porém caracterizados como pequenos empreendimentos (ex. Postos de gasolina), proporcionando dúvidas sobre a

capacidade da teoria da ecologia populacional generalizar os resultados de tais estudos em grandes organizações estabelecidas em diversos setores. Além disso, alguns estudos focam sua atenção em explorar a relação entre densidade e desempenho ao invés de examinar outros fatores que podem causar natalidades ou mortes organizacionais. (VIBERT, 2004, p. 107).

Mesmo com as inúmeras críticas a teoria ecológica continuou a conquistar adeptos. Cunha (1999) revela aspectos importantes que a tornaram tão interessante nos estudos organizacionais: i) o campo de análise dessa teoria é ignorado por outras teorias, pois há predominância na análise individual das organizações, transmitindo certa independência em relação ao ambiente externo. Outros aspectos como o ciclo de vida das organizações, limitação racional dos gestores com relação a adaptações ambientais, a inércia estrutural, são negligenciadas por outras teorias, preocupadas com ajustes e sucesso nas mudanças e desenvolvimento das empresas; ii) por utilizar à metáfora biológica a teoria ecológica pontua convincentemente na explicação da evolução organizacional numa percepção longitudinal e; iii) num cenário hipercompetitivo, agravado pela dependência de recursos, as empresas tem dificuldade em mudar, transparecendo a luta pela sobrevivência, a tal ponto, que se assemelha a vida biológica.

Uma razão básica do por que das organizações burocráticas demonstrarem diminuição em suas capacidades de adaptação num contexto de turbulência ambiental é que, embora eles possam lidar com o risco, não conseguem da mesma forma, tratar a incerteza, o que retira os cursos planejados de ação, piorando sua situação. No entanto se seguisse uma percepção ecológica organizacional, poderia construir maneiras auto-reguladoras que reduziriam as instabilidades no longo prazo. Esses argumentos formaram o núcleo das percepções do autor Trist (1977) em favor da ecologia organizacional no desenvolvimento de uma nova prática social.

Na pesquisa a teoria ecológica possibilitou a abertura de novos níveis de análise, motivando a criação de novos conjuntos de variáveis, bem como, desenvolveu novas explicações teóricas para gama de fenômenos organizacionais. Mesmo que inicialmente tenha adotado massivamente postulados da teoria biológica, tanto na teoria como na metodologia, segue um processo social de autonomia e distinção. (SCOTT; DAVIS, 2007).

Como aplicação da teoria populacional nas organizações, disserta Cunha (1999) que embora não se trate de uma teoria no nível de análise e gestão de organizações por natureza, pode trazer interessantes contribuições. Primeiramente, por seguir uma lógica sistêmica, ela destaca o papel do ambiente externo e em paralelo trata o gestor como um papel secundário. Essa constatação é relevante, pois, deve-se compreender uma organização como um sistema aberto e não apenas um mero conjunto de decisões racionais de seus gestores. Outro aspecto importante é que a teoria ecológica realça a monitoria ambiental, impondo ao gestor a necessidade de disponibilizar maior tempo em atividades de monitoramento ambiental. Determina também que a alta gerência deva agir como catalizador na interação com o ambiente exterior. A teoria retrata a vulnerabilidade das organizações jovens, pois essas, não alcançaram ainda níveis de confiança e de responsabilidade aceitáveis, sendo uma contribuição ecológica a explicação para as taxas de mortalidades iniciais, presumindo-se que as empresas com maiores probabilidades de sofrerem com pressões seletivas seriam as mais jovens e de dimensões menores. Da mesma forma o tamanho é tratado pela ecologia empregando o termo de suscetibilidade das pequenas empresas, na qual postula

que quanto maior a empresa menos suscetível será ao fracasso, pois as pressões seletivas ambientais favorecem as organizações que possuem uma inércia estrutural devido à confiabilidade que transmitem. A inércia organizacional é vista pelos ecólogos como um apego a processos rotineiros podendo transformar-se em uma desvantagem competitiva. Por fim, na estratégia organizacional, a teoria pode fornecer grandes contribuições, pois muitas críticas são lançadas a administração estratégica principalmente na adoção de modelos estáticos de análise do ambiente externo, como fundamento em princípios da estabilidade ou do equilíbrio.

Quanto às contribuições da ecologia organizacional para os estudos organizacionais, segundo Cunha (1999) as potencialidades de integração da teoria ecológica com outras teorias organizacionais parece promitente, por exemplo, uma aproximação com a abordagem contingencial, poderia permitir uma junção entre ações individuais e o contexto ecológico que essas ações promovem na adaptação ambiental, caracterizando-se como uma complementação de abordagens. Assim a perspectiva contingencial explicaria os esforços de adaptação e ajuste das organizações ao ambiente, em contra partida a ecologia apontaria as razões de sucesso ou fracasso dos esforços adaptativos. Mas para que seja possível essa complementariedade a teoria ecológica teria que ser entendida a partir de uma expressão mais gerencial do que social. Essa reconciliação entre teorias seria benéfica para ambas, em especial para a teoria abordada nesse ensaio, que poderia provar de uma abordagem funcionalista, ponto das mais severas críticas que lhe concedem.

Scott e Davis (2007) afirmam que a ecologia organizacional e a teoria institucional possuem raízes diferentes em seus desenvolvimentos iniciais, mas durante a década de 1980, houve o início de interação e o desenvolvimento de formulações complementares em vários ambientes. Os ecólogos reconheceram o papel dos processos sociais decorrentes da competição e os institucionalistas ampliaram o quadro de compreensão do papel das forças normativas, regulatórias, culturais de trabalho que constituem a organização, populações e campos organizacionais.

Baum (1998) relata os avanços metodológicos que a teoria ecológica alcançou nos últimos anos, principalmente na formulação de questões de pesquisa, que podem ampliar a linha de interação com outras teorias institucionais. Também há uma expectativa que a ecologia relacione processos macro e micro, e que as pesquisas sigam o caminho natural tendo o problema como guia dos procedimentos metodológicos a serem utilizados e não o contrário. Com essas orientações poderá potencialmente a teoria contribuir para as pesquisas acadêmicas, como também, com a prática de gestão de empreendimentos e da gestão pública.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio teórico, cuja proposta é procurar elucidar as críticas levantadas por estudiosos organizacionais e as contribuições tanto gerenciais como teóricas que pode fornecer a teoria da ecologia organizacional, elencou através de pesquisadores sobre o assunto subsídios importantes para a reflexão sobre a sua relevância para as teorias organizacionais. Por ser uma teoria relativamente recente na academia organizacional, seus postulados com uma visão macrossocial aderiu

muitos adeptos, pois trouxe uma visão menos funcionalista, tendo o gestor no centro do mundo organizacional, para uma visão mais determinista.

Sua analogia biológica darwinista é interessante para a compreensão dos fenômenos do ambiente externo, proporcionando o entendimento da variedade de organizações existentes e também instituindo um modo mais compreensível de entender as organizações através de um ciclo de vida biológico. Suas afirmações destacam também uma abordagem de sistema aberto perfeito, tendo o ambiente um papel absoluto na seleção e critérios de adaptação.

A teoria questiona a capacidade dos gestores em se adaptarem as mudanças, sendo por isso criticada ferreamente pelos teóricos funcionalistas, que numa de suas interações denominou-a de anti-gestora, isto é, que vai contra os princípios da abordagem contingencial e das habilidades dos administradores. Outras tentam vulgarizar sua analogia com as ciências biológicas, questionando se a organização teria um banco genético e como esse seria transferido para os seus descendentes. Além disso, o seu determinismo, não levaria em conta fenômenos locais que poderiam contribuir para a adaptação.

Mesmo com as inúmeras críticas que vem sendo alvo, suas contribuições ao meio profissional e acadêmico vem apresentando potencialidades interessantes, como uma visão mais ampla da hipercompetitividade em algumas indústrias sendo útil na formulação das estratégias, a análise da inércia estrutural tão importante para entender a dinâmica das mudanças e adaptações. Na academia as perspectivas de complementariedade com outras teorias, como a institucional no qual conseguem explicar os fenômenos ambientais de maneira convincentes. E de forma esperançosa uma união entre a ecologia e a contingencial, que poderia gerar muitos frutos a pesquisa organizacional, além de abrir outros campos de estudos.

Em suma a teoria da ecologia organizacional ainda é jovem, buscando um amadurecimento de seus postulados e porque não, a possibilidade de abandonar velhos preceitos em pró de um entendimento mais duradouro da fenomenologia organizacional. Estando aberta a experimentar novos desafios epistemológicos, e enriquecendo o fascinante mundo teórico das organizações.

REFERÊNCIAS

AMBURGEY, T. L. *Population ecology*. In. *Stanford's organization theory renaissance, 1970-2000*. SCHOONHOVEN, C. B.; DOBBIN, F. **Reserch in the sociology of organizations**, v. 28, 2010.

BAUM, J. A. C. Ecologia organizacional. In. CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. V. 1. São Paulo: Atlas, 1998. p. 137-195.

CUNHA, M. P. Ecologia organizacional: implicações para a gestão e algumas pistas para a superação de seu caráter anti-management. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v. 39, n. 4, p. 21-18, out./dez.1999. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901999000400003.pdf>. Acesso em: 20/09/2014.

DONALDSON, L. **American anti-management theories of organization: a critique of paradigm proliferation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. **Organizational ecology**. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. *Structural inertia and organizational change*. American Sociological Review, 49, 1984, p. 149-164. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2095567?&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 20/10/2014.

HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. **Organizational ecology**. USA: Harvard University press paperback edition, 1993.

MENEGHETTI, F. K.; O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v.15, n. 2, p. 320-332, Mar/Abr. 2011.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Sáfari de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

MOTTA, F. C. P. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

PFEFFER, J. *Barriers to the advance of organizational science: paradigm development as a dependent variable*. **Academy of management review**, v. 18, n. 4, p. 599-620, 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/258592?&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30/10/2014.

SALIMATH, M. S.; JONES III, R. *Population ecology theory: implications for sustainability*. **Management Decision**. v. 49 n. 6, 2011. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Manjula_Salimath/publication/238598950_Population_ecology_theory_implications_for_sustainability/links/00463520c0bca4e88000000.pdf>. Acesso em: 30/10/2014.

SCHEINER, S. M.; WILLIG, M. R. *A general theory of ecology*. In. SCHEINER, S. M.; WILLIG, M. R. **Theoretical Ecology**, v. 1, n. 1, p. 21-28, 2008. Disponível em: <http://hydrodictyon.eeb.uconn.edu/people/willig/Willig_pdf/SJ_149_Scheiner_Willig_2008.pdf>. Acesso em: 20/08/2014.

SCOTT, W. R.; DAVIS, G. F. **Organizations and organizing: rational, natural and open system perspectives**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2007.

TRIST, E. *A concept of organizational ecology*. **Australian Journal of Management**, 2, 2, outubro 1977. Disponível em: <<http://aum.sagepub.com.ez89.periodicos.capes.gov.br/content/2/2/161.e0.full.pdf+html>>. Acesso em: 30/10/2014.

VIBERT, C. **Theories of macro-organizational behavior: a handbook of ideas and explanations**. New York: M. E. Sharpe, 2004